

Anexo III - Regras Contratuais e Financeiras Aplicáveis

I. Introdução

O presente anexo complementa as regras aplicáveis à utilização da concessão sob diferentes rubricas/categorias orçamentais aplicáveis ao projeto, conforme especificado na Convenção. Esses esclarecimentos constam na secção II.

A secção III especifica os custos aplicáveis para as diferentes rubricas/categorias orçamentais, nos termos do Artigo II 16.2. da Convenção.

A Secção IV estabelece os tipos de monitorização e controle que o beneficiário pode ser sujeito, bem como os respetivos documentos sujeitos a obrigação de reportação.

II. Regras Contratuais e Financeiras Complementares

Acção Chave 2 - Parcerias Estratégicas

A. Elegibilidade das atividades

- Os beneficiários devem assegurar que as atividades desenvolvidas para o projeto pelos participantes são elegíveis de acordo com as regras definidas no Guia do Programa Erasmus+.
- As atividades desenvolvidas que não estejam em conformidade com as regras estabelecidas no Guia do programa Erasmus+, complementadas com as regras estabelecidas no presente anexo, serão consideradas não elegíveis pela NA, sendo que os montantes correspondentes às atividades em causa serão reembolsados na totalidade. O reembolso abrange todas as categorias orçamentais e atividades para as quais o apoio foi atribuído.
- A duração mínima das atividades de mobilidade especificadas no Guia do Programa corresponde ao número mínimo de dias de atividade excluindo as viagens.

B. Elegibilidade das despesas



1. Geral

- As despesas serão consideradas somente para as categorias/rubricas orçamentais para as quais haja financiamento da NA, conforme especificadas no Anexo II.
- As transferências entre rubricas orçamentais deverão respeitar os limites pré-definidos no Artigo I.3.2 da Convenção. Não serão permitidas transferências para uma rubrica/categoria orçamental a qual não terá sido solicitada no decurso da candidatura e/ou caso de não aprovação pela NA, conforme disposto no Anexo II. Excetua-se do mencionado anteriormente transferências para a rubrica “apoio as necessidades especiais”, para a qual poderá haver transferência mesmo em caso de não o ter solicitado em sede de candidatura;

2. Gestão do projeto e implementação

- Os beneficiários deverão implementar as atividades e produzir os resultados admitidos para financiamento, conforme o solicitado e aprovado pela Agência Nacional nos termos da Convenção.
- Os beneficiários deverão acordar na distribuição do montante de acordo com a divisão de papéis e a contribuição para as atividades e resultados do projeto;
- O coordenador deverá reportar as atividades e resultados do Projeto no seu todo;

3. Encontros transnacionais

- O coordenador deverá apresentar um relatório sobre o número de participações nos encontros transnacionais no Instrumento de Mobilidade. Para cada participação, o nome do participante, os locais de origem e acolhimento serão registados, a partir do qual será definida a distância-banda, com recurso à calculadora de distância online. O Instrumento de Mobilidade calcula automaticamente o valor do apoio com base no custo unitário aplicável.
- Por padrão, o local de origem é entendida como o local da organização de envio e o local de acolhimento como o local da organização de acolhimento.



Caso o local de acolhimento e/ou de envio ser diferente do exposto anteriormente, o beneficiário deverá fornecer a razão para esta diferença no Instrumento de Mobilidade.

- Em todos os casos, os beneficiários devem ser capazes de demonstrar uma ligação formal com as pessoas que participam nos encontros transnacionais, estejam estes envolvidos no Projeto enquanto *staff* (seja a título profissional ou voluntário) ou formandos das organizações beneficiárias.
- Afim de maximizar o impacto do projeto nas organizações participantes no projeto, o local da reunião transnacional corresponderá à do respetivo beneficiário, conforme especificado no pedido de subvenção e aprovado pela Agência Nacional. A menos que previsto no Anexo I, conforme aprovado pela Agência Nacional, as exceções a esta regra terão de ser justificadas pelo beneficiário e formalmente aprovadas pela AN antes do encontro.
- A Participação em encontros transnacionais que ocorram no país do Beneficiário são elegíveis para esta categoria/rubrica orçamental, desde que as atividades envolvam participantes de organizações beneficiárias de pelo menos 2 diferentes Países Programa e que a distância entre o local de partida e local de chegada, conforme acima especificado, é de pelo menos 100 km segundo a calculadora online de distâncias-banda.

4. Outputs Intelectuais

- Os beneficiários deverão assegurar que os outputs intelectuais propostos e aprovados em Convenção sejam desenvolvidos.
- O coordenador deverá reportar as atividades desenvolvidas e os resultados no Instrumento de Mobilidade no âmbito do Projeto como o todo. Caberá ao coordenador prover documentação e evidências dos resultados do projeto como um todo, designadamente na Plataforma de Disseminação, em data não posterior à submissão do relatório final.
- O coordenador deverá reportar no Instrumento de Mobilidade o número de dias de trabalho por categoria de *staff* por cada organização beneficiária com base nos organogramas de tarefas entre as pessoas diretamente envolvidas no desenvolvimento dos outputs intelectuais. O Instrumento de Mobilidade deduz automaticamente o montante do financiamento observando os custos unitários aplicáveis para a categoria *staff*, bem como o país respeitante.



- Para ser considerado *staff* quanto ao desenvolvimento dos outputs intelectuais, os indivíduos deverão estar envolvidos enquanto profissionais e/ou voluntários nas áreas da educação e formação (incluindo educação não formal), o que poderá agregar professores, educadores, formadores, dirigentes escolares, *youth workers* e pessoal não docente. Em todo o caso, os beneficiários devem ser capazes de demonstrar uma ligação formal com as pessoas que participam nos encontros transnacionais, estejam estes envolvidos no Projeto a título profissional ou voluntário.

Nota: todo o staff que execute funções para o beneficiário na base de um contrato de prestação de serviços (ex. tradutores, Web designer, etc.) não são considerados elegíveis para os devidos efeitos.

- A categoria assinalada para cada indivíduo deverá constar nas quatro categorias previstas na secção III do presente Anexo. No caso do staff que se encontre em regime de voluntariado, a categoria aplicada não se encontra relacionada com o perfil profissional da pessoa mas sim à função exercida no contexto de desenvolvimento dos outputs intelectuais.
- A categoria de “gestor” e “staff administrativo” serão utilizados somente em caso de submissão e aprovação em sede de candidatura, como especificado no Anexo II.

5.Eventos de multiplicação

- A organização de eventos de multiplicação são elegíveis se propostos e aprovados pela Agência Nacional, nos termos do Anexo II da Convenção;
- No caso dos beneficiários não desenvolverem os outputs intelectuais propostos e aprovados pela AN, os eventos de multiplicação não serão considerados elegíveis para financiamento. Caso a AN tenha subvencionado o desenvolvimento de vários outputs intelectuais e só parcialmente são concretizados, a NA determinará a elegibilidade do financiamento e o montante a subvencionar a cada evento de multiplicação.
- Somente os participantes de organizações que não as dos beneficiários serão considerados para o número de pessoas a partir do qual se considera o montante de subvenção.



- Os eventos de multiplicação terão somente lugar nos países Programa nos quais os beneficiários estão estabelecidos.

6. Atividades de aprendizagem, ensino e formação transnacional

- O coordenador deverá reportar as atividades de aprendizagem, ensino e formação transnacional no Instrumento de Mobilidade. Se necessário, devido ao tempo necessário para viajar, o beneficiário poderá adicionar um dia para viajar antes do primeiro dia de atividade e um dia para viajar imediatamente a seguir ao último dia de atividade. Estes dias extras para viagens serão considerados para o cálculo do apoio organizacional.
- No caso da viagem não ocorrer, o coordenador deverá reportar essa situação no Instrumento de Mobilidade para cada participante em causa. Para o estabelecimento da distância-banda aplicável, cumpre ao coordenador utilizar a calculadora de distância disponível no sítio web da Comissão em http://ec.europa.eu/programmes/erasmusplus/tools/distance_en.htm. Por padrão, o local de origem é entendido como o local de estabelecimento da organização de envio e o local de acolhimento como o local onde a organização de acolhimento está sediada. Se o local de origem e/ou de acolhimento é diferente do disposto, o beneficiário deve comunicar a razão para esta diferença no Instrumento de Mobilidade.
- O coordenador deverá reportar, para cada participante envolvido nas atividades de aprendizagem, ensino e formação transnacional com duração superior a 2 meses, se a formação linguística foi concretizada com o apoio da subvenção da rubrica “apoio linguístico”.
- O Instrumento de Mobilidade irá calcular os montantes para efeitos de viagens, apoio individual e apoio linguístico com base nos custos unitários aplicáveis.
- Os participantes nas atividades de aprendizagem, ensino e formação deverão reportar as atividades via questionário on-line, onde irão prover a sua avaliação factual e qualitativa do período de mobilidade no estrangeiro, bem como da respetiva fase de preparação e follow-up. Essa mesma avaliação não se aplica a atividades inferiores a 2 meses para os educandos do ensino regular.
- As atividades de aprendizagem, ensino e formação elegíveis são:



- Combinação de atividades de mobilidade física e/ou virtual (de 5 dias a 2 meses)
- Mobilidade a longo termo de *youth workers* (de 2 a 12 meses)
- Eventos de formação de staff a curto termo (de 5 dias a 2 meses)

- As atividades de aprendizagem, educação e formação ocorrem nos países dos quais os beneficiários são provenientes. Contudo, as atividades para os formandos, bem como atividades a longo termo para staff e *youth workers* de/para Países Parceiros não são elegíveis;
- A Participação de pessoas em atividades de aprendizagem, educação e formação que ocorram no seu próprio país são elegíveis para esta categoria/rubrica orçamental, desde que as atividades envolvam participantes de organizações beneficiárias de pelo menos 2 diferentes Países Programa e que a distância entre o local de partida e local de chegada, conforme acima especificado, é de pelo menos 100 km segundo a calculadora online de distâncias-banda.
- Os participantes elegíveis para as atividades de aprendizagem, educação e formação encontram-se formalmente ligados à organização beneficiária numa das seguintes categorias:
 - Estudantes registados numa Instituição de Ensino Superior e inseridos num programa de estudos para obtenção de título académico;
 - Formandos, estudantes do ensino profissional, ensino de adultos e jovens em mobilidade;
 - Alunos de qualquer idade, acompanhado de *staff* escolar (intercâmbios de curta duração);
 - Alunos com idade igual ou superior a 14 anos inscritos num estabelecimento de ensino regular participante numa parceria estratégica (mobilidade de estudantes a longo termo)
 - Professores, educadores, formadores e administrativos empregados numa das organizações parceiras e *youth workers*.

- Em todo o caso, os beneficiários deverão estar aptos a demonstrar uma ligação formal com as pessoas que participam nas atividades de



aprendizagem, ensino e formação, estejam estes envolvidos no Projeto enquanto staff (a título profissional ou voluntário) ou como formandos

- [Para a Juventude]: No entanto, essa interdependência formal não é solicitada para jovens participantes em projetos de mobilidade e em projetos de formação a curto termo para os *youthworkers*.

7. Apoio às necessidades especiais

- Ao coordenador cumpre registar no Instrumento de Mobilidade qualquer auxílio financeiro adicional para apoio às necessidades especiais usado para qualquer um dos participantes com necessidades especiais. Nesse caso, o coordenador deverá reportar no Instrumento de Mobilidade o tipo de despesas, bem como o valor real dos custos incorridos.
- Nas atividades de aprendizagem, educação e formação, o recurso à categoria “Apoio às necessidades especiais” não é limitado aos participantes com necessidades especiais na referida atividade, mas transversal a todas as atividades relacionadas com o Projeto aprovado.

8. Custos excecionais

- Os custos excecionais abrangem somente o estipulado no Artigo II.16.4 da Convenção.
- O apoio a despesas extraordinárias só poderá ser solicitado para efeito de sub-contratação de bens e serviços e custos de depreciação de equipamentos ou outros bens adquiridos e/ou de uma garantia financeira, se tal for exigido nos termos da Convenção. A sub-contratação de serviços é limitada a serviços que não podem ser prestados pelos beneficiários por razões devidamente justificadas. O equipamento não pode incluir equipamento de escritório (tais como PCs, laptops, impressoras, projectores, etc) ou equipamentos utilizados pelos beneficiários para as suas atividades regulares (como equipamentos para aulas de informática ou para fins de formação, no âmbito da sua atuação).
- O coordenador deverá reportar no Instrumento de Mobilidade o tipo de despesa e os custos excecionais incorridos.



- O mesmo tipo de custos não podem ser considerados/reclamados em simultâneo em categorias/rubricas orçamentais baseadas em custos unitários e/ou custos reais incorridos.
- No caso de compra, locação ou empréstimo de equipamentos, apenas o valor correspondente à parte do tempo de uso do equipamento para o projeto pode ser reclamado. Custos relacionados com a depreciação de equipamentos ou outros ativos (sejam estes novos ou usados) serão calculados com base no custo registado nas demonstrações financeiras do beneficiário, desde que o bem tenha sido adquirido em conformidade com o artigo II.9 cumprindo as normas internacionais de contabilidade e as práticas de contabilidade habituais do beneficiário.
- Para os custos excecionais, o coordenador deverá prover todos os elementos documentais de suporte em sede de relatório final.

C. Redução da subvenção por implementação tardia, parcial e/ ou performance negativa

- A execução deficiente, parcial ou tardia serão considerados pela NA com base nos seguintes elementos:
 - Relatório final submetido pelo coordenador;
 - Os produtos e resultados produzidos pelo projeto
 - Os relatórios individuais submetidos pelos participantes numa atividade de aprendizagem, ensino e formação transnacional, se aplicável;
- A AN pode igualmente considerar também outras fontes relevantes a partir das quais se constate que o projeto não é implementado em conformidade com as disposições contratuais. Outras fontes de informação poderão incluir visitas de acompanhamento e monitorização, desk checks e on spot checks, efetuadas pela AN.
- O relatório final será avaliado com base em critérios de qualidade e pontuado de 0 a 100 pontos. Se a avaliação for inferior a 50 pontos no total, a AN reduz o montante da subvenção com base nos resultados do projeto, independentemente das atividades relatadas serem elegíveis e realizadas



- O relatório final será avaliado em conjunto com os relatórios dos participantes na mobilidade através de um conjunto de critérios comuns de qualidade com especial enfoque nos seguintes elementos:
 - Implementação em conformidade com o aprovado;
 - Qualidade das atividades;
 - Qualidade dos produtos e resultados obtidos;
 - Impacto nos participantes e resultados de aprendizagem
 - Impacto nas organizações envolvidas;
 - No caso de atividades de aprendizagem, ensino e formação: qualidade dos aspetos práticos de apoio à mobilidade, em termos da preparação, monitorização, e apoio aos participantes no decurso da mobilidade e, por fim, a qualidade das medidas conducentes ao reconhecimento/validação dos resultados de aprendizagem;
 - Qualidade e alcance das medidas de disseminação implementadas;
 - Potencial impacto em indivíduos e organizações além dos beneficiários diretos;

- A redução da subvenção por implementação tardia, parcial e/ ou performance negativa será adotada em relação ao total das despesas elegíveis, segundo os seguintes parâmetros:
 - 25%: se a classificação final do projeto compreender-se entre os 41 e 50 pontos (inclusive)
 - 50%: se a classificação final do projeto compreender-se entre os 26 e os 40 pontos (inclusive)
 - 75%: se a classificação final do projeto compreender-se entre os 26 e os 40 pontos (inclusive)

Secção III - Custos Unitários Aplicáveis

Acção Chave 2 - Parcerias Estratégicas

1. Gestão do projeto e implementação



Apoio às atividades da Organização coordenadora: 500 EUR por mês
Apoio às atividades das outras organizações parceiras: 250 EUR por Organização parceira por mês
Montante máximo no caso de 10 ou mais beneficiários: 2750 EUR por mês, para o projeto na sua totalidade

2. Encontros Transnacionais

Para viagens entre os 100 e 1999KM: 575 EUR por participante/por encontro
Para viagens iguais ou superiores a 2000 KM: 760 EUR por participante/por encontro
Montante Máximo: 23 000 EUR por ano para o projeto na sua totalidade

Nota: a viagem representa a distância entre o local de origem e o local de acolhimento

3.Outputs Intelectuais



Países Programa	Gestor	Professor/Formador/Investigador /ou Youth worker	Técnico	Pessoal Administrativo
	Montante por dia em EUR			
Dinamarca, Irlanda, Luxemburgo, Holanda, Áustria, Suécia, Liechtenstein, Noruega	294	241	190	157
Bélgica, Alemanha, França, Itália, Finlândia, Reino Unido, Islândia	280	214	162	131
República Checa, Grécia, Espanha, Chipre, Malta, Portugal, Eslovénia	164	137	102	78
Bulgária, Estônia, Croácia, Letónia, Lituânia, Hungria, Polónia, Roménia,	88	74	55	39



Eslováquia Ex - República Jugoslava da Macedónia, Turquia				
---	--	--	--	--

Países Parceiros	Gestor	Professor/Formador/Investigador /ou <i>Youth worker</i>	Técnico	Pessoal Administrativo
	Montante por dia em EUR			
Austrália, Canadá, Kuwait, Macau, Mônaco, Qatar, San Marino, Suíça, Estados Unidos da América	294	241	190	157
Andorra, Brunei, Japão, Nova Zelândia, Singapura, Emirados Árabes Unidos, Estado do Vaticano	280	214	162	131



Bahamas, Bahrein, Guine Equatorial, Hong Kong, Israel, Coreia (República da), Oman, Arábia Saudita, Taiwan	164	137	102	78
Afeganistão, Albânia, Argélia, Angola, Antígua e Barbuda, Argentina, Arménia, Azerbaijão, Bangladesh, Barbados, Chile, Bielorússia, Belize, Benin, Butão, Bolívia, Bósnia e Herzegovina, Botswana, Brasil, Burkina Faso, Burundi, Camboja, Camarões, Cabo Verde, República Centro	88	74	55	39



<p>Africano, Chade, China, Colômbia, Comores, Congo (Brazzaville), Congo (Kinshasa), Ilhas Cook, Costa Rica, Cuba, Djibuti, Dominica, República Dominicana, Timor Leste, Equador, Egipto, El Salvador, Eritreia, Etiópia, Fiji, Gabão, Gâmbia, Geórgia, Gana, Granada, Guatemala, Guiné (República da), Guiné-Bissau, Guiana, Haiti, Honduras, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Costa do Marfim, Jamaica, Jordânia, Cazaquistão,</p>				
--	--	--	--	--



Quênia, Kiribati, Coreia (do Norte), Kosovo, Quirguistão, Laos, Líbano, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagáscar, Malawi, Malásia, Maldivas, Mali, Ilhas Marshall, Mauritânia, Maurício, México, Micronésia, Moldávia, Mongólia, Montenegro, Marrocos, Moçambique, Mianmar, Namíbia, Nauru, Nepal, Nicarágua, Níger, Nigéria, Niue, Paquistão, Palau, Palestina, Panamá, Papua Nova Guiné, Paraguai, Peru, Filipinas,				
---	--	--	--	--



Rússia, Ruanda, Samoa, São Tomé e Príncipe, Senegal, Sérvia, Seychelles, Serra Leoa, Ilhas Salomão, Somália, África do Sul, Sri Lanka, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Nevis, Sudão, Suriname, Suazilândia, Síria, Tajiquistão, Tanzânia, Tailândia, Togo, Tonga, Trinidad e Tobago, Tunísia, Turquemenistão , Tuvalu, Uganda, Ucrânia, Uruguai, Uzbequistão, Vanuatu, Venezuela, Vietname, Iémen, Zâmbia,				
---	--	--	--	--



Zimbabwe				
----------	--	--	--	--

4. Eventos de Multiplicação

100 EUR por participante local (i.e. participantes do país que acolhe o evento)
200 EUR por participante internacional (i.e. participantes dos outros países)
Máximo de 30 000 EUR para o projeto na sua totalidade

5. Atividades de aprendizagem, ensino e formação transnacionais

5.a. Viagens

Para viagens entre os 100 e 1999 KM: 275 EUR por participante
Para viagens iguais e superiores a 2 000KM: 360 EUR por participante

Nota: a viagem é calculada segundo a distância entre o local de residência e o local de acolhimento. O montante aprovado cobre os custos de ida-volta do participante.

5.b. Apoio Individual

Atividades a curto termo

Formação de staff a curto termo	Até o 14 th dia de atividade: 100 EUR por participante/dia + entre o 15 ^o e o 60 ^o dia de atividade: 70 EUR por
---------------------------------	--



	participante/dia
Atividades para formandos a curto termo (mobilidade cruzada, mobilidade de estudantes, programas intensivos)	Até o 14 th dia de atividade: 55 EUR por participante/dia + entre o 15 ^o e o 60 ^o dia de atividade: 40 EUR por participante/dia

Atividades a longo termo

Designação de quadros a longo termo para fins de formação e ou ensino Mobilidade a longo termo de <i>youth workers</i>	Até o 14 ^o dia de atividade: B1.5 por participante/dia + Entre o 15 ^o e o 60 ^o dia de atividade: B1.6 por participante/dia + Entre os 61 dias de atividade e os 12 meses: B1.7 por participante/dia
Mobilidade a longo termo de formandos	B1.8 por participante/dia

País de Acolhimento	Designação de quadros a longo termo para fins de formação e/ ou ensino Mobilidade a longo termo de youth workers			Mobilidade a longo termo para formandos
	EUR/dia			EUR/mês
	B1.5	B1.6	B1.7	B1.8
Bélgica	105	74	53	110
Bulgária	105	74	53	70
Rep. Checa	105	74	53	90



País de Acolhimento	Assignação de quadros a longo termo para fins de formação e/ ou ensino Mobilidade a longo termo de youth workers			Mobilidade a longo termo para formandos
	EUR/dia			EUR/mês
Dinamarca	120	84	60	145
Alemanha	90	63	45	110
Estónia	75	53	38	85
Irlanda	120	84	60	125
Grécia	105	74	53	100
Espanha	90	63	45	105
França	105	74	53	115
Croácia	75	53	38	90
Itália	105	74	53	115
Chipre	105	74	53	110
Letónia	90	63	45	80
Lituânia	75	53	38	80
Luxemburgo	105	74	53	110
Hungria	105	74	53	90
Malta	90	63	45	110
Países Baixos	120	84	60	110
Áustria	105	74	53	115
Polónia	105	74	53	85
Portugal	90	63	45	100
Roménia	105	74	53	60
Eslovénia	75	53	38	85
Eslováquia	90	63	45	95
Finlândia	105	74	53	125
Suécia	120	84	60	115
Reino Unido	120	84	60	140
Ex Republica Jugoslava da Macedónia	90	63	45	60



País de Acolhimento	Assignação de quadros a longo termo para fins de formação e/ ou ensino Mobilidade a longo termo de youth workers			Mobilidade a longo termo para formandos
	EUR/dia			EUR/mês
Islândia	105	74	53	135
Liechtenstein	105	74	53	120
Noruega	105	74	53	135
Turquia	105	74	53	80

5.c. Apoio Linguístico

Somente para atividades a longo termo como especificado no ponto 5.b.: 150 EUR por participante

Acção chave 3 - Dialogo Estruturado

1. Viagens

Para distâncias entre os 10 e 99KM: 20 EUR por participante
Para distâncias entre os 100 e 499KM: 80 EUR por participante
Para distância entre os 500 e 1999KM: 170 EUR por participante
Para distâncias entre os 2000 e 2999KM: 270 EUR por participante
Para distâncias entre os 3000 e 3999KM: 400 EUR por participante
Para distâncias entre os 4000 e 7999KM; 620 EUR por participante
Para distâncias iguais ou superiores a 8000KM:



830 EUR por participante

Nota: a viagem é calculada segundo a distância entre o local de residência e o local de acolhimento. O montante aprovado cobre os custos de ida-volta do participante.

2. Apoio Organizacional

País de acolhimento	Custo EUR por dia e por participante
Bélgica	37
Bulgária	32
Rep. Checa	32
Dinamarca	40
Alemanha	33
Estónia	33
Irlanda	39
Grécia	38
Espanha	34
França	37
Croácia	35
Itália	39
Chipre	32
Letónia	34
Lituânia	34
Luxemburgo	36
Hungria	33
Malta	37
Países Baixos	39
Áustria	39
Polónia	34



País de acolhimento	Custo EUR por dia e por participante
Portugal	37
Roménia	32
Eslovénia	34
Eslováquia	35
Finlândia	39
Suécia	39
Reino Unido	40
Ex- República Jugoslava da Macedónia (FYRO)	28
Islândia	39
Liechtenstein	39
Noruega	40
Turquia	32
Países Parceiros Vizinhos da UE	29

IV: Disposições e Documentação de Suporte

Em conformidade com o disposto no Artigo II.27, o beneficiário pode ser objeto de controlo e auditorias, nos termos da Convenção. Controlos e auditorias visam verificar se o beneficiário cumpre as regras estabelecidas na Convenção, a fim de estabelecer o montante da subvenção a que o beneficiário tenha direito. Para esse efeito, o beneficiário pode estar sujeito aos seguintes tipos de verificação:

- Em sede do Relatório Final: mediante a análise do Relatório final, o qual estabelece o montante final ao qual o beneficiário terá direito. Este procedimento aplica-se a todos os projetos subvencionados;
- Em sede Desk-check: análise dos elementos de suporte documental nas premissas da AN, usualmente durante ou após a análise do relatório final, caso a Convenção seja incluída na amostra das visitas mínimas solicitadas pela Comissão Europeia, ou caso a NA incluir na Convenção uma ação de verificação baseada na avaliação do risco;



- Em sede de visita “On spot Check”: visita à sede da organização ou qualquer outra instalação na qual ocorra o projeto. O beneficiário poderá estar sujeito a uma visita on-spot check enquanto a respetiva Convenção seja incluída na amostra de visitas mínimas solicitadas pela Comissão Europeias, ou caso a NA decida incluir na Convenção uma ação de verificação baseado na avaliação de risco. Há 3 tipos possíveis de visitas “on-spot check”
- “On spot” no decurso da ação: no contexto da implementação do projeto;
- “On spot” após a ação: após o término do projeto e usualmente após a verificação do relatório final;

O quadro a seguir especificado identifica o objeto e teor de cada rubrica/Categoria orçamental no âmbito de diferentes tipos de verificações. O beneficiário deverá observar que a AN poderá solicitar qualquer tipo de suporte documental usualmente especificada para outro tipo de rubrica/categoria orçamental.

Em sede controles e auditorias, o beneficiário deverá fornecer documentos comprovativos em original. Na medida em que o beneficiário não está legalmente autorizado a remeter documentos originais para a AN em anexo ao relatório final ou em sede de desk-check, o beneficiário poderá enviar uma cópia em seu lugar. A AN deverá devolver os documentos comprovativos originais ao beneficiário após a respetiva análise.

Acção Chave 2 - Parcerias Estratégicas

Rubrica/Categoria Orçamental	Avaliação do Relatório Final	Desk check	On-the-spot check durante ação	On-the spot check após a ação
Gestão e Implementação do Projeto	Relatório Final Resultados do projeto inseridos na	Relatório Final Documentos de suporte especificados	Demonstração e elegibilidade da atividade e dos participantes	Relatório Final Documentos de suporte especificados no Artigo



Rubrica/Categoria Orçamental	Avaliação do Relatório Final	Desk check	On-the-spot check durante ação	On-the spot check após a ação
	Plataforma de Disseminação	no Artigo II.16.2		II.16.2 Registo das despesas do projeto na contabilidade do beneficiário
Encontros Transnacionais	Relatório Final	Relatório Final Documentos de suporte especificados no Artigo II.16.2	Demonstração e elegibilidade da atividade e dos participantes	Relatório Final Documentos de suporte especificados no Artigo II.16.2 Registo das despesas do projeto na contabilidade do beneficiário
Outputs Intelectuais	Relatório Final Resultados do projeto inseridos na Plataforma de Disseminação	Relatório Final Documentos de suporte especificados no Artigo II.16.2	Demonstração e elegibilidade da atividade e dos participantes	Relatório Final Documentos de suporte especificados no Artigo II.16.2 Registo das despesas do projeto na contabilidade do beneficiário



Rubrica/Categoria Orçamental	Avaliação do Relatório Final	Desk check	On-the-spot check durante ação	On-the spot check após a ação
Eventos de Multiplicação	Relatório Final	Relatório Final Documentos de suporte especificados no Artigo II.16.2	Demonstração e elegibilidade da atividade e dos participantes	Relatório Final Documentos de suporte especificados no Artigo II.16.2 Registo das despesas do projeto na contabilidade do beneficiário
Atividades de Aprendizagem, educação e formação transnacionais	Relatório Final	Relatório Final Documentos de suporte especificados no Artigo II.16.2	Demonstração e elegibilidade da atividade e dos participantes	Relatório Final Documentos de suporte especificados no Artigo II.16.2 Registo das despesas do projeto na contabilidade do beneficiário
Apoio às Necessidades Especiais	Relatório Final	Relatório Final Documentos de suporte especificados no Artigo	Demonstração e elegibilidade da atividade e dos participantes	Relatório Final Documentos de suporte especificados no Artigo II.16.4 Registo das despesas



Rubrica/Categoria Orçamental	Avaliação do Relatório Final	Desk check	On-the-spot check durante ação	On-the spot check após a ação
		II.16.4		do projeto na contabilidade do beneficiário
Custos excepcionais	Relatório Final Documentos de suporte especificados no Artigo II.16.4	Relatório Final Documentos de suporte especificados no Artigo II.16.4	Demonstração e elegibilidade da atividade	Relatório Final Documentos de suporte especificados no Artigo II.16.4 Registo das despesas do projeto na contabilidade do beneficiário